

ANEXO ÚNICO
OS DADOS SE REFEREM A UMA REPUBLICAÇÃO? (1 = SIM 2 = NÃO)
 UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 MAIO/2010 A ABRIL/2011

2

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ Mil

| DESPESA COM PESSOAL | Despesas Executadas (Últimos 12 meses) | | |
|---|--|--|--------------------------|
| | Liquidadas (a) | Inscritas em Restos a Pagar não Processados (b) | Total (c) = (a) + (b) |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 142.269 | - | 142.269 |
| Pessoal Ativo | 126.772 | - | 126.772 |
| Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão) | - | - | - |
| Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta) | 693 | - | 693 |
| Demais Despesas com Pessoal Ativo | 126.079 | - | 126.079 |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | 15.497 | - | 15.497 |
| Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão) | - | - | - |
| Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta) | - | - | - |
| Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas | 15.497 | - | 15.497 |
| Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF) | - | - | - |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) | 24.050 | - | 24.050 |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | - | - | - |
| Decorrentes de Decisão Judicial | 693 | - | 693 |
| Despesas de Exercícios Anteriores | 9.431 | - | 9.431 |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | 13.926 | - | 13.926 |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | 118.219 | - | 118.219 |
| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | | | |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | | | 524.379.492 |
| % da DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)* 100 | 0,022545% | 0,000000% | 0,022545% |
| LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%> | 0,038802% | | 203.470 |
| LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%> | 0,036862% | | 193.296 |

FONTES: SIAFI 2010 e 2011, e SECAN/SOF/TRT21

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da lei 4.320/64.

2) Devido à impossibilidade de se segregar os valores entre Ativos, Inativos e Pensionistas quanto às Sentenças Judiciais com Precatório (do próprio Órgão e de outros da Administração Direta), todo o saldo foi lançado como Pessoal Ativo;

3) Do total das Despesas com Pessoal Ativo, R\$ 18.573 referem-se a Contribuição Patronal;

4) O Total de Sentenças Judiciais é integralmente referente a Sentenças de Pequeno Valor, não tendo havido pagamento de Precatórios da Adm. Direta no Quadrimestre.

5) O valor pago referente a Destaques para pagamento de Precatórios da Adm. Indireta (não incluído no RGF) é de R\$ 29.456.

Ronaldo Medeiros de Souza
 Desembargador Presidente
 Tareja Christina Seabra de Freitas Medeiros
 Ordenadora de Despesas
 Jairo de Lima Dantas
 Assessor de Controle Interno
 Enock de Paiva Cavalcante
 Diretor do Serviço de Orçamento e Finanças
 Francisco Erivaldo Araújo do Nascimento
 Diretor do Serviço de Pagamento